

## **FUNDAMENTOS SOCIOPOLÍTICOS DA EXPANSÃO DA OFERTA DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA NO BRASIL**

Keila Alves Pinto Lyra  
UFRRJ, Brasil  
keiilaalves62@gmail.com

Neste trabalho apresentamos resultados de uma atividade de pesquisa cujo objeto de análise se circunscreve às tendências da evolução dos Cursos Superiores de Tecnologia (CST) no Brasil. Estes cursos de graduação têm como característica principal sua duração reduzida, com carga horária de 1.600 a 2.400 horas.

Apesar de os CST manifestarem suas origens no final da década de 1960, é a partir dos anos 1990 que o número de cursos e matrículas nesse grau acadêmico começam a apresentar crescimento ascendente. Isto se deve às políticas educacionais orientadas pelas ideologias do empreendedorismo e da empregabilidade, em função da necessidade do capital de responder ao desemprego estrutural decorrente da reestruturação produtiva. São marcos legais destas políticas a promulgação da Lei nº 9.394/1996, que institui as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN); o Decreto nº 2.208/1997, que altera os dispositivos da LDB que regulamentam a educação profissional; e o Decreto nº 5.154/2004, que revoga o Decreto nº 2.208/1997 e faz avançar ainda mais as ações governamentais no sentido de apresentar alternativas educacionais capazes de responder às mazelas causadas pelo desemprego estrutural.

O objetivo da pesquisa é descrever a evolução dos CST no Brasil nas duas últimas décadas, tomando como base a divisão do trabalho educacional na Educação Superior do país. Trata-se de uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, que se insere na categoria de pesquisas de tipo documental, e tem como referência analítica o materialismo histórico e dialético.

A criação dos CST compõe o arsenal de ações da burguesia em sua ofensiva para retomada das bases de acumulação de capital como resposta à crise orgânica do capital, deflagrada a partir do esgotamento do modelo de desenvolvimento taylorista-fordista desde o final da década de 1960. Esta crise afetou tanto a estrutura quanto a superestrutura da sociabilidade burguesa, ou seja, tanto o regime de acumulação baseado no paradigma fordista, quanto o modelo de regulação social baseado nos princípios keynesianos. De acordo com Costa

(2021, p. 41) a crise orgânica do modelo de desenvolvimento rígido do capital obriga a burguesia a criar formas de organização da produção e reprodução da vida material para retomar a regularidade das bases de acumulação de capital, de modo a instituir amplo e profundo processo de recomposição burguesa. Em referência à recomposição da classe burguesa frente à crise orgânica do capital, Souza (2017, p. 7) afirma que:

Diante do processo recomposição burguesa em curso, o empresariado brasileiro passou a empreender esforços para ajustar a formação para o trabalho no Brasil, com vistas à formação do trabalhador de novo tipo, mais adaptado às demandas do mercado.

Nesta perspectiva, o currículo dos CST apresenta estreita relação com os interesses do empresariado de flexibilização e enxugamento do trabalho e da produção e as concepções neoliberais de regulação social. Emergem deste contexto as ações e formulações do Estado, sob a batuta dos aparelhos privados de hegemonia burguesa, voltadas para a formação de trabalhadores de novo tipo, mais flexíveis e suscetíveis às demandas pontuais e imediatas do mercado de trabalho. Nesta perspectiva, busca-se também conformar os estudantes trabalhadores a uma postura de naturalização do caráter competitivo e excludente do mercado de trabalho.

Ao analisarmos os dados do Censo da Educação Superior disponibilizados no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no período de 1994 a 2019, foi possível observar a expansão expressiva dos CST a partir da retomada das políticas de incentivo à educação profissional e tecnológica no fim dos anos de 1990. Em conformidade com a literatura sobre o tema e de acordo com os dados censitários, também foi possível constatar que houve retração na oferta dos CST no período de 1995 à 1998, embora os cursos deste grau acadêmico tenham apresentado elevados índices de crescimento no período de 2000 a 2010.

Se no final dos anos de 1990 os CST representavam apenas 4% do total de cursos de graduação no país, no ano de 2019, este grau acadêmico representava 20,8% deste total. A expansão da oferta dos CST tem se revelado por meio da iniciativa privada, em instituições de ensino superior não universitárias e predominantemente na modalidade de Ensino à Distância (EaD), conforme recomendações dos organismos internacionais e em sintonia com as políticas empresariais de cunho neoliberal. No ano de 2019, o número de matrículas nos cursos tecnológicos aumentou 11,5% em relação ao ano anterior, fomentado exclusivamente pelos cursos EaD (INEP, 2020).

A expansão dos CST impulsionada por meio dos cursos em EaD configura a mais recente tendência na educação superior tecnológica, sendo ofertados em maior parte pela iniciativa privada. Em 2019, do total de 710.827 matrículas em CST ofertados na modalidade EaD, a iniciativa privada apresentou 693.633 matrículas, ou seja, 97,6% das matrículas dos cursos tecnológicos em EaD se deram em instituições de ensino superior privadas. Certamente no contexto pós-pandemia causada pelo novo Coronavírus, os números referentes às matrículas e aos CST em EaD devem apresentar maior ampliação em detrimento ao ensino presencial, algo que merece averiguação futura. Tal hipótese se pauta na publicação da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19).

Na nova materialidade do capital, em um contexto de consolidação do modelo de desenvolvimento enxuto e flexível, a formação de força de trabalho qualificada deve ser ajustada às constantes mudanças na esfera produtiva e conformar os cidadãos trabalhadores à nova realidade do trabalho desregulamentado (COSTA, 2021, p. 42). A expansão dos CST pela iniciativa privada revela que as políticas de formação estão sendo direcionadas pelas políticas neoliberais, que apesar de tratar nas legislações sobre a educação tecnológica por meio da educação pública, privilegia a iniciativa privada através da flexibilidade e da autonomia conferida.

Concluimos que a criação e principalmente a expansão da oferta de CST a partir da década de 1990 corrobora as políticas neoliberais do Estado. Uma vez que a expansão desses cursos se deu pela iniciativa privada, beneficiada pela diversificação institucional e pela proliferação da modalidade EaD, podemos afirmar que os CST impulsionaram a lógica mercadológica na Educação Superior (LYRA, 2020, p. 68). Além de cumprir papel formativo do quadro de profissionais de novo tipo, os CST possuem papel estratégico na mediação do conflito de classes em um contexto de desemprego estrutural e reforçam a dualidade do ensino para além da Educação Básica, agora atingindo mais claramente a Educação Superior.

## **REFERÊNCIAS**

COSTA, Igor Andrade da. Cursos Superiores de Tecnologia como materialidade do ensino superior enxuto e flexível para o precariado no Brasil. Orientador: Prof. Dr. José dos Santos Souza. (Tese de doutorado, *em elaboração*). 2020. s. n. Programa de Pós-Graduação em

Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu/Seropédica (RJ), 2021.

INEP, 2020. **Inepdata**: Censo da educação superior, Notas Estatísticas de 2019. Brasília, DF: 2020. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2020/Notas\\_Estatisticas\\_Censo\\_da\\_Educacao\\_Superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf) Acesso em: 13 de fev. de 2021.

LYRA, Keila A. P. **Evolução da Oferta de Cursos Superiores de Tecnologia no Brasil**. 2020. Dissertação (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu.

SOUZA, José dos Santos. Crise orgânica do capital, recomposição burguesa e intensificação da precariedade do trabalho docente: Fundamentos sócio-históricos da (des)configuração do trabalho docente. In: **38º Reunião Nacional da ANPEd**, 2017, São Luís do Maranhão. Democracia em risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência. Rio de Janeiro: ANPEd, 2017. v.1, p. 1-20. Publicado em Sessão Especial Subárea 4 (GTs 05-09-11) da ANPEd, 2017.